



República de Angola
Ministério do Ambiente

PESQUISA SOBRE O CONTEXTO DA GESTÃO DE TERRAS NA PROVÍNCIA DO HUAMBO



Projecto de Gestão Sustentável de Terras



Huambo / Agosto 2009





REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO AMBIENTE

Pesquisa sobre o Contexto da Gestão de Terras

**Projecto de Gestão Sustentável de Terras
Huambo, Agosto 2009**

Autor: Hélder Marcelino (ADRA – Huambo)
Gestor do Projecto: Amílcar M.O. Salumbo

CONTEÚDO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. METODOLOGIA UTILIZADA.....	7
3. CONTEXTO DA PROVÍNCIA DO HUAMBO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE TERRAS.....	8
3.1 – Caracterização Geral.....	8
3.2 – Acesso e posse de terra na província do Huambo.....	9
3.3 – Situação das florestas.....	10
3.4 - Solos e produção agrícola.....	12
3.5 – O quadro institucional. Envolvimento prático e lacunas das diferentes instituições na GST.....	14
3.6 – Degradação da terra. Causas, barreiras e fronteiras.....	19
3.7 – Percepção das instituições e comunidades sobre GST.....	21
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	25



PREFÁCIO

O Projecto de Gestão Sustentável de Terras (GST) foi concebido com o propósito de apoiar 47 Países Menos Desenvolvidos (LDC) e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) (em África, Ásia, Pacífico e Caraíbas) a completarem os seus Planos de Acção Nacionais (PANs), ao abrigo da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD), e a desenvolverem capacidades individuais, institucionais e generalizadas para gestão sustentável de terras. Neste âmbito Angola preparou um Projecto Mediano (PM) ao abrigo do Portfólio do Fundo Mundial do Ambiente (GEF) (integrado no Programa Operacional (OP) 15, Prioridade Estratégica (SP) 1). O projecto integra cinco Resultados chave, relacionados com a capacitação e massificação da GST, elaboração e implementação do PAN e o desenvolvimento de uma Estratégia Integrada de Financiamento para a GST. Para tal efeito desenvolveu actividades piloto de capacitação na Província do Huambo, onde ficou estabelecida a Unidade de Coordenação do Projecto (PCU).

Durante o processo de elaboração do projecto, foi constatado que uma das principais limitações à abordagem da GST em Angola estava ligada à fraca capacidade existente nas diversas instituições, quer do Estado como na sociedade civil, instituições académicas e de pesquisa. De facto, a questão do uso sustentável da terra que contemple a componente ambiental, não tem merecido o tratamento ao nível apropriado, apesar das circunstâncias locais de exploração da terra favoráveis à degradação e desertificação. A prática da agricultura que não observa princípios e métodos de protecção contra a erosão e degradação; a exploração não sustentável das florestas natural e exótica; e a exploração excessiva das pastagens, são considerados como os principais precursores da diminuição da fertilidade e capacidade produtiva dos solos. Além destes, a expansão anárquica da ocupação de terras marginais para a urbanização, bem como a exploração de inertes em leitos de linhas de água com perfil longitudinal instável, e margens com solos friáveis, têm estado na origem do ravinamento e conseqüente produção de grandes volumes de sedimentos que contribuem para a redução da qualidade da água, e para o assoreamento dos leitos de rios maiores.

Como forma de obter um conhecimento ajustado à realidade do local de estudo, no que diz respeito à situação relacionada com a Gestão Sustentável de Terras, foi planificado um estudo que teve como propósito o levantamento da situação relativa à abordagem desta componente na província do Huambo. A percepção sobre a temática das terras existente no início da implementação do projecto restringia-se ao domínio da alocação de parcelas de terrenos para diversos propósitos, com destaque para a construção, e em certa medida ao debate ao redor da Lei das Terras. A questão do planeamento do uso das terras, e principalmente a abordagem do seu uso sustentável, não era matéria de domínio e aplicação corrente, ao nível das principais instituições relacionadas com o uso da terra. Tornou-se assim imperativo obter uma percepção correcta sobre a medida em que a questão do uso sustentável da terra estava a ser considerada localmente, para que dessa forma fossem melhor direccionadas as linhas de actuação para o projecto.

Este trabalho fornece uma apreciação da abordagem da gestão sustentável das terras na província do Huambo, ao nível das instituições mais relevantes ligadas a esta matéria. Através da pesquisa e inquérito procurou obter informação actualizada sobre o conhecimento existente e a actuação no sentido da preservação dos recursos do meio ambiente, nomeadamente do solo, da água e das florestas. Constitui assim uma importante contribuição para identificar as principais linhas que deveriam orientar a planificação da implementação do projecto. Trata-se ainda de um exercício que pretende contribuir como exemplo para acções do género, sempre que se pretendam levar a cabo iniciativas de intervenção semelhantes. A planificação deve ter como base o conhecimento da realidade prevalecente no local, para que as acções programadas sejam consentâneas com os objectivos preconizados e ajustadas aos condicionalismos mais relevantes.



1. INTRODUÇÃO

A equipa de gestão do Projecto ELISA (Soluções de Energia e Meios de Vida em Angola)¹ solicitou à ADRA, um estudo sobre a actividade desenvolvida na província do Huambo, relacionada com a gestão de terras, colaborando com as instituições e organizações envolvidas na matéria. O referido estudo visou o alcance dos seguintes objectivos:

- Identificar o quadro institucional existente para coordenar as actividades na gestão sustentável de terras ao nível das estruturas da província do Huambo, bem como as principais lacunas que prevalecem neste domínio;
- Analisar a percepção/conhecimento e capacidade/sensibilidade das diferentes instituições no que diz respeito a questão da gestão sustentável de terras e sua integração nos programas de utilização das terras;
- Encontrar as principais causas directas da degradação da terra bem como as maiores barreiras que se põem à sua abordagem com vista a um tratamento adequado de uma utilização sustentável da terra;
- Proceder a um levantamento documental das actividades desenvolvidas ao nível da província, estreitamente ligadas a questão da gestão sustentável de terras;
- Conhecer o envolvimento actual e prático das diferentes instituições, incluindo governamentais, da sociedade civil, académicas e de pesquisa, na questão da gestão sustentável de terras;
- Fornecer uma percepção, a mais ajustada possível, sobre as questões principais que definem o contexto da utilização de terras a nível da província, que influenciam de forma directa sobre a perspectiva de uma gestão sustentável de terras;
- Analisar a informação recolhida e produzir recomendações relevantes que possam servir para ajudar a orientar as acções de implementação do projecto.

Este documento constitui o relatório do trabalho desenvolvido e a sua estrutura compreende, além das notas introdutórias, (i) um capítulo sobre os aspectos metodológicos; (ii) uma análise do contexto da província do Huambo sobre a utilização de terras, em que se faz uma caracterização geral da província no que diz respeito à temática de terras; uma análise sobre as questões de acesso e posse da terra; um ponto sobre a situação das florestas da província do Huambo; uma breve referência à situação dos solos e produção agrícola; o quadro institucional em que se analisa o envolvimento prático das diferentes instituições na gestão sustentável de terras, bem como as principais lacunas identificadas do ponto de vista interno e das relações entre si; um ponto dedicado às principais causas e barreiras da degradação da terra; um ponto dedicado a percepção das instituições sobre gestão sustentável de terras (GST); (iii) um capítulo dedicado às considerações finais, em que se apresentam algumas conclusões e recomendações resultantes da análise dos pontos anteriores; finalmente, referências bibliográficas.

¹ Projecto coordenado pelo PNUD tendo como agência implementadora nacional os Ministérios do Ambiente e da Agricultura.

2. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada para a execução deste trabalho, considerou quatro fontes de informações a ter em conta, que a seguir se descrevem:

1. Aproveitamento dos dados recolhidos aquando da actualização do Projecto de Gestão Sustentável de Terras – Projecto ELISA. Essa informação foi recolhida em Março de 2009 junto de Organizações Não Governamentais, Instituições Públicas e Comunidades Rurais, tendo sido por isso, consideradas actuais.
2. Focalização da recolha de dados nos municípios e comunas, junto das comunidades rurais e instituições públicas locais.
3. Consulta bibliográfica.
4. Entrevistas de profundidade com especialistas e instituições de nível provincial.

A focalização da recolha de dados no nível local, justifica-se por duas razões principais:

1. Disponibilidade de informações sobre as instituições e suas percepções relativas à Gestão Sustentável de Terras. Trabalhos realizados recentemente junto das instituições de nível provincial oferecem informações úteis e suficientes que puderam ser aproveitadas para o alcance dos objectivos deste trabalho. Além disso, as experiências de pessoas e organizações que interagem frequentemente com as referidas instituições no âmbito do trabalho que realizam, também permitiram em conjunto colmatar as dificuldades de contacto e acesso à informação disponível nas direcções provinciais.
2. A segunda razão prende-se com a proximidade das administrações locais aos problemas reais relativos à degradação das terras nas respectivas áreas de jurisdição. As instituições do poder tradicional e associações de camponeses são constituídas por pessoas afectadas directamente pela situação de degradação das terras, pelo que a sua contribuição foi bastante valiosa.

Para seleccionar os municípios e comunas a visitar, foram tidos em conta os seguintes critérios:

- O grau de afectação das populações pela degradação de terras;
- A facilidade de mobilização das pessoas a entrevistar. Aqui foi importante o envolvimento das equipas de terreno da ADRA, mormente dos projectos Luvemba e Calweyo.

A selecção das aldeias obedeceu apenas a um critério, designadamente a proximidade e afastamento em relação às vias de acesso (asfaltadas) aos mercados e cidades, recebendo ou não, muitas influências externas.

As informações sobre as percepções das instituições sobre Gestão Sustentável de Terras (GST) constantes deste relatório, foram disponibilizadas pela administração da comuna da Chipipa, Direcção da EDA da Caála, Instituições do poder tradicional e associações de camponeses nas



aldeias de Cacaca e Longueve (município da Caála), Funileiros (município do Huambo) e Dende (comuna da Chipipa). Para a caracterização do quadro institucional da província do Huambo sobre GST foram valorizadas as informações prestadas pelo Departamento do Ambiente da DPOTUA (Direcção Provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente), ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), DW (Development Workshop), FAO (Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e Essanju Liomãla (ONG com Sede na comuna da Chipipa).

As técnicas utilizadas consistiram na consulta a documentos (ver bibliografia de referência), entrevistas, auscultações (reuniões com grupos) e observação directa.

3. CONTEXTO DA PROVÍNCIA DO HUAMBO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE TERRAS

3.1 – Caracterização Geral

A Província do Huambo situa-se no Planalto Central de Angola, ocupando uma superfície de 35.771 Km² correspondendo a 2,61% da extensão do país. Tem como limites as províncias do Bié a leste e nordeste, de Benguela a oeste, da Huila a Sul e do Kuanza Sul a noroeste.

A população da província, de acordo com dados datados de 2002, está estimada em 2.117.206 habitantes, dos quais 903.375 vivem no município sede.

No contexto agro-ecológico, a província do Huambo situa-se na Zona Agrícola 24, de acordo com a classificação da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA), o Planalto Central, em grande parte situada a uma altitude acima dos 1.500 m. O clima é do tipo tropical húmido modificado pela altitude, caracterizado por duas estações bem definidas: a estação chuvosa que vai de finais de Setembro a Abril e a estação seca que vai de princípios de Maio até Setembro. Ao longo da estação chuvosa é frequente a ocorrência de um curto período seco (pequeno cacimbo), que nos últimos anos tem-se prolongado para mais de duas semanas. Os valores da precipitação oscilam entre 1.100mm a S-SW e 1.400 mm no topo planáltico centro-oeste (Diniz, 1973).

A rede hidrográfica da província é bastante significativa, destacando-se as bacias hidrográficas do Queve, Cunene e Cubango. Essas bacias oferecem enormes potencialidades energéticas e de regadio, além das riquezas que apresentam em recursos piscatórios. São ainda pouco conhecidos, trabalhos sistematizados sobre a generalidade dos recursos hídricos de Angola e particularmente da província do Huambo. Segundo o Professor José Manuel Zenha Relá, “existem no entanto, alguns estudos de extrema importância para a avaliação das potencialidades energéticas e de regadio” destacando vários, de entre os quais, se incluem os estudos que levaram a elaboração do Plano do Cunene, entre a albufeira do Gove e as cataratas do Ruacaná (Zenha Relá, 2005).

De uma forma geral, a maneira de utilização dos vários cursos de água pelas comunidades rurais não tem tido efeitos que possam comprometer a sua sustentabilidade, à excepção dos riachos da periferia das cidades com grande concentração populacional. Não obstante, há um

certo subaproveitamento do referido recurso a favor das populações, quer seja como bem de consumo doméstico, energia ou ainda na produção agrícola.

O tipo de vegetação predominante é a floresta aberta, vulgarmente conhecida por mata de panda, que desde há muito tempo está sujeita a um **processo de degradação** decorrente da intensa actividade humana. Contudo, o quadro da gestão da terra na província do Huambo – recorrendo a um estudo realizado recentemente na província, sobre gestão de recursos florestais que usam o critério da densidade populacional – pode ser caracterizado como apresentando pelo menos duas situações distintas:

(1) Uma primeira, que diz respeito às áreas próximas dos centros urbanos que durante o conflito armado registaram um crescimento populacional que provocou uma forte pressão sobre a terra (florestas, solo, água, inertes e fauna). O município da Caála é o exemplo paradigmático deste quadro de degradação.

(2) A segunda situação, tem a ver com as áreas que haviam sido abandonadas pelas populações na sequência do conflito armado, o que favoreceu o processo de regeneração da floresta natural e de certa forma, da fauna. Porém, com o fim da guerra, em Abril de 2002, e o conseqüente regresso das populações às suas áreas de origem, estas áreas estão sob o espectro de devastação, na medida em que o fabrico de carvão tem-se intensificado não só como meio de sobrevivência, mas também como actividade lucrativa. São exemplos concretos desta situação as zonas remotas do Bailundo, o Sul da comuna da Calima no município do Huambo e a comuna de Samboto no Município da Tchicala – Tcholohanga.

Do ponto de vista da procura, podem igualmente ser identificadas duas situações distintas:

1. Um crescente aumento da procura de terras para a instalação de fazendas agrícolas é outro factor que está a contribuir para a devastação da floresta natural.
2. Uma crescente procura de terrenos para construção de habitações e edifícios que resulta do processo de reconstrução de infra-estruturas e de construção de habitações auto-dirigidas que tem constituído, também, um elemento de pressão sobre as parcelas de terra, muitas vezes sem ter em conta as áreas de preservação ambiental e de produção agro-alimentar.

3.2 – Acesso e posse de terra na província do Huambo

O acesso às terras na província do Huambo pode ser analisado em duas perspectivas: a perspectiva urbana e a perspectiva rural.

Na perspectiva urbana, registam-se duas formas de acesso, sendo uma primeira que acontece ao nível das instituições oficiais do Estado que funciona na base de regras legalmente estabelecidas, acontecendo sob liderança das instituições públicas a partir da manifestação de interesse por parte dos interessados através de um requerimento. A segunda forma ocorre fora do circuito formal em que se estabelecem contratos de compra e venda de terrenos entre particulares. Nesta última forma de acesso aos terrenos, o processo envolve em primeiro lugar as partes (vendedor e comprador), seguindo-se a avalização das autoridades tradicionais e chega finalmente às autoridades administrativas do Estado.



Em qualquer uma das duas formas, os terrenos transacionados destinam-se essencialmente à construção de imóveis.

De um modo geral, a nível das comunidades rurais, o acesso a terra não constitui problema. Estudos de caso realizados em aldeias afectas aos municípios do Bailundo e Longonjo, revelam que a maior parte das pessoas nas aldeias possuem terra herdada dos seus pais, registando-se também alguns casos em que o acesso se deu através da compra e do empréstimo a pessoas vindas de outras zonas, caso sejam comprovadas as suas necessidades reais. Os referidos estudos de caso também revelam que o direito de acesso à terra por via da herança é extensivo às mulheres, embora com algumas restrições, ou seja, as mulheres após o casamento deixam as suas parcelas sob cuidado dos irmãos ou outros parentes para voltarem a usá-la apenas em caso de viuvez ou divórcio. Contudo, na região do Dumbo, foi encontrado um caso em que as mulheres herdaram em igualdade de circunstâncias que os homens, um caso raro na cultura ovimbundu.

Nas aldeias, quase todas as terras estão vinculadas a uma família excepto as que no período colonial já eram fazendas privadas. Através do vínculo o sentimento de propriedade é muito forte, podendo cada um fazer da terra que considera sua o que quiser, como por exemplo emprestar, oferecer, o trânsito de pessoas e animais, as pastagens e o acesso à água.

Durante o contacto mantido com as pessoas das comunidades, em nenhum momento se falou da propriedade colectiva da terra, se não ao se referirem sobre os recursos naturais como a água, cemitérios, caminhos e picadas, etc. De resto, a mata foi mencionada como pertencendo às famílias, tanto é que à medida que as pessoas foram regressando de onde se haviam refugiado da guerra, foram ocupando as suas antigas terras que retornaram a ser matas. Nestas situações o acesso foi directo. Contudo, a implantação de novas fazendas está a trazer ao contexto de terra um novo elemento de análise que está relacionado com as aldeias tradicionais – espaços de valor cultural comunitário – inseridas nas novas fazendas que indiciam situações de conflitos para os próximos tempos.

3.3 – Situação das florestas

As florestas exóticas existentes encontram-se igualmente em estado de degradação. A província possui cinco grandes perímetros florestais.

Quadro 1: Perímetros de floresta exótica existente actualmente na Província do Huambo

Designação	Área estimada	Localização	Proprietário	Estado	Espécie
Mundundo	11.000 hectares	Município do Ukuma	IDIA	Aguarda a Concessão	Eucaliptos e Pynus
Sanguengue	18.000 hectares	Município de Katchiungo	IDIA	Em exploração	Eucalipto
Changuendele	6.000 hectares	Município da Caála	IDIA	Em exploração	Cedros
Corredor do CFB		Corredor do CFB	CFB	Em exploração	Eucaliptos
Cuima	17.000 hectares	Comuna Cuima, Caála	MINADER Igreja Católica	Em exploração	Pynus

Fonte: IDF Huambo, Junho de 2008

Dos perímetros mencionados no quadro 1, apenas o do Cuima conta com a intervenção do IDF, que tem sob sua gestão 11.000 hectares, sendo os restantes pertença da Igreja Católica localizados junto da antiga Escola Teófilo Duarte. Os outros perímetros, com excepção daqueles afectos ao CFB estão sob tutela do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola (IDIA), adstritos ao Ministério da Indústria.

Importa ainda fazer referência ao perímetro florestal do Sacahala, localizado nos arredores da cidade do Huambo, adstrito ao Instituto de Investigação Agronómica de Angola que foi devastado quase totalmente. De acordo com dados do IDF extraídos no âmbito do estudo anteriormente referido (estudo sobre recursos florestais), estão a ser repovoados cerca de 150 hectares com eucalipto².

As florestas de eucalipto do Caminho de Ferro de Benguela (CFB) foram também bastante afectadas pela devastação provocada pela exploração de lenha e fabrico de carvão, a partir dos anos oitenta, com o aumento da concentração populacional, principalmente nas proximidades dos centros urbanos.

O perímetro florestal de Sanguengue constitui a área de floresta exótica (pynus e eucaliptos) que neste momento regista maior actividade de exploração de madeira, estando em funcionamento cinco serrações autorizadas pelo IDIA, além da exploração artesanal que é feita pelos habitantes das aldeias que se encontram à volta do perímetro. Ao que se sabe, as empresas que adquiriram o direito de exploração da madeira desses perímetros têm a obrigação contratual de repor as árvores à medida que forem derrubando, numa proporção de plantar 5 árvores por uma cortada.

As intervenções do IDF no Huambo no domínio florestal circunscrevem-se a acções de fiscalização da exploração de carvão e madeira, assim como a actividades pontuais de repovoamento.

No tocante à fiscalização da actividade de exploração florestal, a actuação do IDF incide particularmente na emissão de guias de trânsito da madeira e carvão. No quadro que se segue apresenta-se o volume dos produtos transaccionados no período em referência.

Quadro – Volume de produtos florestais transaccionados de Janeiro a Maio de 2008

Designação do material	Quantidade
Madeira pinho em toro	787 m3
Madeira eucalipto em toro	4 m3
Madeira serrada em tábuas	396 m3
Barrotes de pinho	4.200 barrotes
Barrotes de eucalipto	280 barrotes
Postes de eucalipto	2.380 postes
Lenha artificial	706 esterres
Lenha natural	64 esterres
Carvão vegetal	78.479 sacos
Receitas arrecadadas	6.852.985,00 Kuanzas
Paus direitos de eucalipto	2.077 paus
Paus direitos de pinho	4.270 paus
Barrotes de cedro	200 barrotes

Fonte: IDF Huambo, Junho de 2008

²No município do Huambo, além do Sacahala existem outros perímetros, nomeadamente o da Kissala, instalado pela ADPP, Chianga do IAA. Todos de eucalipto, pinho e cedro.

De facto, segundo a análise feita à luz do estudo sobre gestão de recursos florestais realizado nas províncias de Cabinda, Huambo e Bengo, estes dados não representam o volume de produtos lenhosos que é extraído das florestas fora do controlo do IDF, dadas as suas inúmeras limitações e insuficiências em recursos materiais e humanos, o que limita grandemente a sua actividade de fiscalização. Por outro lado, os comerciantes de carvão fogem ao fisco, o que dificulta ainda mais o controlo da produção³.

Quanto às actividades de repovoamento, em 2007 a brigada do IDF no Huambo repovoou 8 hectares na zona do Cambiote, arredores da cidade do Huambo e forneceu a algumas instituições envolvidas nas iniciativas de repovoamento florestal cerca de 37.000 mudas.

Recentemente o Governo da Província do Huambo lançou um programa de requalificação das zonas verdes e o reflorestamento de alguns perímetros florestais da cidade do Huambo. Este programa está a ser implementado por duas empresas ligadas à gestão ambiental, nomeadamente a Eco – Huambo e a Eco – Visão. Outra iniciativa do Governo do Huambo foi a criação da Casa Ecológica, com a intenção de transformar o Huambo na capital ecológica de Angola⁴.

A nível das comunidades rurais regista-se uma intensificação das actividades de exploração da mata natural para produção de carvão e lenha. Se no início dos anos dois mil esta era considerada uma actividade de sobrevivência, nos dias que correm é também uma actividade lucrativa, protagonizada por membros das comunidades e por pessoas externas a elas. Nos últimos dias, têm sido mencionados casos em que comerciantes vindos de outras partes do país, negociam com membros das comunidades a exploração florestal de extensas áreas onde se fixam até carregarem os camiões. De referir que a exploração florestal para produção de carvão tem como preferência as espécies consideradas boas para o efeito (omanda, onduko, e outras). Entretanto, estão a acontecer casos em que já não existem essas espécies de árvores e, conseqüentemente, passaram a ser cortadas até as fruteiras (foi referido, no âmbito deste trabalho, um caso em que estão a ser cortadas mangueiras na zona do km 25, situação que carece de confirmação através da observação directa).

3.4 - Solos e produção agrícola

Os solos são maioritariamente ferralíticos, caracterizados por uma fraca reserva mineral e baixo teor de matéria orgânica o que os torna pouco férteis. No entanto, quando submetidas a fertilizações químicas e orgânicas adequadas são susceptíveis de proporcionar produções significativas. Para esse efeito, a província do Huambo conta com a existência na sua cidade capital, de uma Estação Experimental afecta ao Instituto de Investigação Agronómica que também analisa os solos.

A agricultura constitui a principal actividade económica da população da província do Huambo, apesar dos condicionalismos decorrentes sobretudo da baixa fertilidade dos solos. As principais culturas praticadas são o milho, o feijão, a batata-rena e as hortícolas. Tradicionalmente, a batata-rena e as hortícolas são culturas destinadas para a comercialização. No entanto, nos últimos tempos o feijão vem ocupando um lugar de destaque enquanto cultura de rendimento, proporcionando importantes receitas financeiras para os camponeses que conseguem obter produções consideráveis desta leguminosa. O facto do feijão começar a ter importância no

³Para se escaparem das acções de fiscalização do IDF os vendedores de carvão alugam bicicletas que podem transportar até quatro sacos, quantidade isenta do pagamento de taxa.

⁴O projecto conta com a assessoria de um professor catedrático da cidade brasileira de Curitiba, considerada como uma das referências mundiais em termos de preservação ambiental.

mercado pode estimular o alargamento das áreas da sua produção e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade dos solos por se tratar de uma cultura melhoradora.

Segundo as pessoas entrevistadas, a maioria dos membros das comunidades rurais possuem terra distribuída em parcelas do tipo característico do sistema de produção do planalto central, nomeadamente, ongongo, otchumbo, onaka, ombanda e elunda.

No capítulo da implementação de acções de desenvolvimento, está em curso um leque de projectos sob iniciativa do Governo Provincial, enquanto que a intervenção das organizações da sociedade civil tende a reduzir devido à dificuldade de obtenção de recursos financeiros no mercado de doadores. Das acções do Governo destaca-se o Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR), implementado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), cuja acção tem consistido fundamentalmente no fornecimento de input's agrícolas diversos como sementes, fertilizantes, instrumentos de trabalho, gado de tracção, entre outros (ver no quadro abaixo as quantidades distribuídas); o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) implementado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural.

Quadro – Famílias camponesas e pequenos agricultores apoiadas pelo PEDR na Província do Huambo

Ano agrícola	Famílias previstas	Famílias assistidas
2005/2006	162.900	151.000
2006/2007	206.800	110.000
2007/2008	451.789	96.810
TOTAL	821.489	357.810

Fonte: IDA Huambo, Junho de 2008

Além das acções do Governo, estão em curso na província do Huambo iniciativas de trabalho na linha de terras protagonizadas por organizações não governamentais, nomeadamente a ADRA, apoiando a legalização de terras das comunidades nos municípios do Bailundo e Caála e a DW, no apoio à delimitação de terras individuais nas comunidades rurais e peri-urbanas, visando o direccionamento do crescimento urbano da cidade.

Um outro processo de degradação da terra que deve ser referido, é o surgimento de ravinas e a sua progressão, resultante da obstrução de pequenos cursos e linhas de água. No âmbito da actualização do Perfil Socio-económico da Província do Huambo, realizada em 2003, foi referida a existência de quinze ravinas que careciam na altura, de contenção urgente, sendo nove no município da Caála, quatro no do Huambo e duas no do Longonjo. Uma monitoria ao estado actual dessa situação é recomendável na medida em que não são conhecidas acções desenvolvidas no sentido da sua contenção definitiva. Possivelmente as obras de reabilitação das estradas nacionais estarão, hipoteticamente, tomando algumas medidas de contenção.



3.5 – O quadro institucional. Envolvimento prático e lacunas das diferentes instituições na GST

Existe na província do Huambo, um vasto leque de actores envolvidos na questão da terra, com vocações bastante diferenciadas. Neste sentido, podem identificar-se as seguintes categorias de funções:

- Apoio às comunidades e indivíduos na delimitação e legalização de terras;
- Distribuição e atribuição de títulos de concessão de terras à luz da lei de terras;
- Avalização das solicitações de títulos de concessão de terras;
- Utilização directa da terra para produção agro-pecuária e exploração de recursos naturais;
- Prestação de serviços de cadastramento de terras rurais e peri-urbanas;
- Investigação das melhores alternativas de utilização da terra;
- Apoio à produção agro-pecuária, através do fornecimento de input's e prestação de assistência técnica aos produtores;
- Fiscalização da actividade humana sobre a terra;
- Formação de agentes que trabalham nos sectores ligados com a gestão da terra.

Não obstante a categorização feita nas linhas anteriores, a actuação das diferentes instituições da província do Huambo, no que diz respeito à gestão da terra, é muito pouco articulada entre si. Como consequência, têm sido referidas situações que revelam, inclusive, um relacionamento “conflituoso” entre várias instituições, quer sobrepondo-se na sua actuação, quer “desprezando-se” aos diferentes níveis. Por exemplo, fala-se com frequência numa sobreposição entre a actuação do Instituto de Desenvolvimento Florestal e a das administrações municipais, fala-se também da exploração de recursos sob licenças passadas a partir de Luanda para territórios controlados pelas administrações municipais sem o conhecimento destas; fala-se ainda, da pouca clareza nos limites de acção da Direcção Provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente e a Direcção Provincial da Agricultura no que diz respeito às suas competências de gestão de terras; sem falar das instituições do poder tradicional que não são tidas nesses processos – apenas para exemplificar algumas situações.

Nas linhas que se seguem, apresentam-se as instituições que intervêm directamente na gestão de terras na província do Huambo e respectivos papéis na gestão da terra.

Nível Provincial:

- **Direcção Provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente** – É um serviço público da província do Huambo, responsável pela coordenação da gestão agrária, urbanização, habitação e política ambiental, além da sua responsabilidade pela aplicação das leis, políticas e estratégias na área do ambiente. Actualmente, a Direcção Provincial integra as áreas do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Ambiente. No âmbito do desafio de fazer do Huambo a capital ecológica de Angola, a referida direcção provincial, criou a Casa Ecológica que terá no futuro a tarefa de implementar projectos nesse ramo. Actualmente está a executar acções de requalificação de zonas verdes e de sensibilização para uma cultura ambiental junto de escolas e comunidades.

No âmbito das suas atribuições gerais, a direcção em referência responsabiliza-se pela implementação de políticas nacionais, programas e projectos de âmbito local incorporando as seguintes linhas de trabalho:

- ⇒ Reflorestamento das zonas degradadas da província do Huambo;
 - ⇒ Projecto Huambo, cidade ecológica de Angola;
 - ⇒ Melhoria das condições de saneamento, oferta de água, gestão de resíduos, gestão de equipamento sanitário;
 - ⇒ Requalificação urbana;
 - ⇒ Arborização dos bairros;
 - ⇒ Transporte público;
 - ⇒ Zonas de protecção ambiental (água e terra);
 - ⇒ Requalificação dos vales da cidade do Huambo;
 - ⇒ Educação ambiental.
- **IGCA (Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola)** – É um instituto público afecto a Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural. A sua intervenção no domínio das terras consiste na prestação de um serviço técnico de delimitação de terras rurais e elaboração dos respectivos croquis.
 - **Direcção Provincial da Agricultura e do Desenvolvimento Rural** – É responsável pelo sector agrícola, desenvolvimento rural, pecuária e silvicultura da província do Huambo, pelo que estão associados à Direcção referida, departamentos, quase todos ligados à gestão de terra, tais como o Departamento de Desenvolvimento Agrário, o Departamento de Desenvolvimento Florestal, o Departamento do Ordenamento Rural e o Departamento de Pescas e Veterinária. Outras direcções responsáveis pela gestão e uso de recursos naturais incluem as Direcções Provinciais das Águas, Geologia e Minas, Educação, Saúde, **Obras Públicas, etc.**

Conforme referido na análise do contexto, as acções da Brigada do IDF – Huambo, estão focalizadas nas seguintes linhas de acção:

- ⇒ Fiscalização da exploração da madeira e carvão através da emissão de guias de trânsito;
- e
- ⇒ Repovoamento florestal através do fornecimento de mudas e acções de plantação em áreas identificadas.

Nível Municipal:

- **Administrações Locais do Estado** – É a autoridade do Estado ao nível de municípios e comunas. No quadro da implementação do decreto-lei n.º 2/07 de 3 de Janeiro que confere autonomia às administrações locais de procederem aos ajustamentos estruturais que considerem importantes para o alcance dos seus objectivos, essas instituições passaram a contar com Repartições Municipais da Agricultura. Entre outras atribuições essas repartições passam avais no quadro das solicitações de legalização de terras apresentadas pelas comunidades de uma forma colectiva, e pelos cidadãos de uma forma individual. A



sua intervenção no âmbito da fiscalização sobre a gestão da terra (exploração de florestas, queimadas, exploração de inertes, distribuição de terras, etc.) tem conhecido inúmeras limitações, concernentes à escassez de quadros, equipamentos e a centralização dos processos de tomada de decisão.

- **EDA (Estação de Desenvolvimento Agrário)** – É a estrutura do Instituto de Desenvolvimento Agrário nos municípios. Foi criada para desenvolver acções de assistência técnica aos produtores familiares (extensão rural). Actualmente, a sua actividade está ligada à implementação das acções inseridas no âmbito do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (distribuição de sementes, fertilizantes químicos, assistência técnica aos produtores). Apesar de trabalhar com famílias vinculadas à terra, a EDA não interfere no processo de titulação de terras.

Nível das comunidades rurais:

- Instituições do poder tradicional e comunidades – São instituições seculares, cujo papel se relaciona com a gestão de conflitos de terra ao nível das comunidades rurais, gestão e definição das formas de acesso à terra a esse nível.

Segundo um sociólogo angolano, de uma maneira geral o papel das comunidades rurais na gestão da terra pode ser percebido pelo envolvimento das autoridades tradicionais na gestão dos espaços florestais que se resume no estabelecimento de normas relativas ao seu uso. De resto, a gestão dos espaços florestais, tal como ocorre com as terras para fins agrícolas, está cada vez menos dependente das autoridades tradicionais, passando a serem geridos directamente pelas famílias (Katiavala, 2004), esvaziando assim o seu papel, salvo aqueles casos em que elas têm influência significativa na gestão da vida comunitária.

Instituições de investigação e de formação académica:

IIA (Instituto de Investigação Agronómica) – Gozando de personalidade jurídica e dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, o IIA tem como objectivos fundamentais:

- Empreender trabalhos de investigação principalmente a aplicada, a adaptativa e participativa nos domínios da agricultura e de florestas.
- Divulgar, junto dos utilizadores reais ou potenciais (nomeadamente os organismos de extensão e os produtores) os resultados alcançados.
- Organizar serviços de consulta fitossanitária, de análise de terras, plantas e fertilizantes, entre outros, relacionados com a sua actividade de investigação e de acordo com os meios disponíveis.
- Produzir quantidades limitadas de sementes pré-básicas e básicas das culturas alimentares, forrageiras, industriais, medicinais, etc., com base nos projectos de melhoramento genético, bem como de mudas de espécies fruteiras e florestais.



- Promover a formação dos seus quadros.
- Manter intercâmbio técnico-científico com instituições congéneres de âmbito nacional ou internacional e também com Universidades Nacionais e Estrangeiras.

Os Departamentos Científicos são a base do desenvolvimento e do funcionamento do IIA, e estão estruturados de forma a cobrir as linhas de investigação prioritárias.

Para o suporte técnico e científico das suas actividades, os Departamentos contam com as suas Estações Experimentais, Serviços de Apoio incluindo os Laboratórios e outros meios dentro e fora da instituição.

Deste modo, são de destacar os seguintes:

Departamentos de Investigação Científica

Departamento de Culturas e transferência de tecnologias

- ⇒ Divisão de Cereais e Leguminosas
- ⇒ Divisão Horto-Frutícola e Tubérculos

Departamento de Apoio à Investigação e Experimentação

- ⇒ Divisão de Mecanização e Hidráulica Agrícola
- ⇒ Divisão de Fitossanidade

Laboratório de plantas e solos.

- **FCA (Faculdade de Ciências Agrárias)** – É uma instituição do ensino superior dedicada à formação de engenheiros agrónomos e médicos veterinários que para o desenvolvimento das suas actividades de ensino, investigação e prestação de serviços à comunidade, conta com uma estrutura adaptada às necessidades da instituição, contando com órgãos de gestão, órgãos consultivos, departamentos de ensino e investigação, entre outros. Os departamentos de ensino e investigação são os seguintes:

- ⇒ Departamento de Ciências de Base
- ⇒ Departamento de Biologia Agrícola
- ⇒ Departamento de Engenharia Rural
- ⇒ Departamento de Economia e Desenvolvimento Rural
- ⇒ Departamento de Produção Agrícola
- ⇒ Departamento de Agro-indústria
- ⇒ Departamento de Morfo-fisiologia
- ⇒ Departamento de Patologia Animal
- ⇒ Departamento de Produção Animal
- ⇒ Departamento de Transformação de Alimentos

- **IMA (Instituto Médio Agrário)** – É uma escola dedicada à formação de técnicos médios de agricultura e pecuária na cidade do Huambo.



Actores Não Estatais:

- **ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente)** – É uma organização angolana, com uma intervenção focalizada no meio rural, onde trabalha com as comunidades e as organizações de vários tipos (grupos, associações, cooperativas, etc.). As suas acções estão orientadas no quadro de um Plano Estratégico, que contempla entre outros Programas de orientação estratégica, o Programa de Desenvolvimento Rural que contempla várias componentes, entre as quais a segurança alimentar, micro-crédito e terra.

Dentro da componente de terra, implementa projectos de apoio à legalização de terras das comunidades rurais nos municípios da Caála, Bailundo e Longonjo em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Os referidos projectos têm como principais linhas de acção:

- ⇒ Sensibilização das comunidades rurais sobre a importância de legalização das suas terras;
 - ⇒ Realização de estudos de caso sobre terras (formas de acesso, gestão de conflitos, relações de poder, etc.);
 - ⇒ Apoio na delimitação e demarcação de terras das comunidades rurais;
 - ⇒ Apoio na legalização de terras das comunidades rurais;
 - ⇒ Promoção de acções de repovoamento florestal.
- **DW (Development Workshop)** – A DW é uma Organização Não Governamental Internacional registada em Angola, e que trabalha fundamentalmente para o desenvolvimento com comunidades peri-urbanas, nos países em desenvolvimento. Está a trabalhar em Angola desde 1981, em programas com o objectivo de melhorar a qualidade de vida nas zonas peri-urbanas de Luanda (Musseques) e noutras zonas do País como Huambo. A DW acumulou experiências significativas com a execução de projectos no domínio de água potável, saneamento básico, saúde e de actividades de rendimento para as mulheres do sector de economia informal. Nos últimos dois anos, tem trabalhado na província do Huambo, com projectos de apoio à demarcação de terras individuais no meio rural e peri-urbano, visando a promoção de um crescimento urbano da cidade baseado num planeamento. Especificamente realiza:
- ⇒ Formações práticas junto dos quadros das administrações municipais com uma perspectiva de urbanização ordenada;
 - ⇒ Cadastramento de terrenos;
 - ⇒ Cursos de formação em SIG (Sistema de Informação Geográfica);
 - ⇒ Apoio na legalização de terrenos individuais.

A DW é também parceira da ADRA num projecto conjunto de criação do Centro de Formação e Experimentação da Kissala, que pretende dar resposta à necessidade de um trabalho de sistematização do conhecimento que se vai acumulando e a sua integração no ensino e na prática.

Agências internacionais:

- **FAO (Fundo da Acções Unidas para Agricultura e Alimentação)** – Apoio institucional ao governo angolano na formulação de políticas e formação de técnicos para apoiar a

legalização de terras das comunidades rurais.

Não obstante as iniciativas agendadas pelas diferentes instituições que actuam no domínio das terras, foram identificadas lacunas, do ponto de vista estrutural, funcionamento, e/ou de relacionamento entre si, tais como:

- Pouca fluidez de informação entre o governo central e as estruturas da província no que diz respeito, sobretudo, ao licenciamento de agentes para exploração de recursos (principalmente florestas, pedra e areia);
- Na província do Huambo são pouco visíveis as acções de educação ambiental, tanto no seio das comunidades rurais, como no seio da comunidade estudantil;
- Duplicidade ou sobreposição de intervenções entre sectores (sector das Águas vs sector do Ambiente na linha do saneamento básico do meio; IDF vs Administrações Municipais, etc.);
- Pouca importância que se dá aos estudos de impacto ambiental junto das comunidades afectadas pelos projectos de construção civil;
- Há um desconhecimento de políticas nacionais de gestão da terra nos seus diferentes domínios/fins (fins agrários, exploração mineira, construção, etc.);
- A ausência de instituições de protecção das terras comunitárias;
- Fraco envolvimento das comunidades rurais e autoridades tradicionais na gestão de terras;
- Insuficiência de recursos humanos para planificar e registar as terras das comunidades, nos termos da lei 9/04 de 9 de Novembro.

Consequentemente, essas lacunas impedem que se faça uma gestão estruturada numa perspectiva de sustentabilidade, registando-se assim, uma degradação progressiva da terra.

3.6 – Degradação da terra. Causas, barreiras⁵ e fronteiras⁶

Nos termos da Lei 9/04 de Novembro de 2004, a Terra tem a mesma conceitualização que terreno e está definida como a parte delimitada do solo, incluindo o subsolo, e as construções nele existentes que não tenham autonomia económica, a que corresponda ou possa corresponder um número próprio na matriz predial respectiva e no registo predial. Esta definição sugere uma consideração da terra nas suas variadas dimensões (holística), designadamente, a dimensão física, a dimensão económica (a terra como factor de produção), a dimensão política (terra como elemento de cidadania), dimensão cultural (terra como elemento de identidade). Entende-se que a sua gestão terá uma perspectiva de sustentabilidade quando o homem retira dela, os recursos de que necessita, com possibilidades da sua regeneração em benefício das futuras gerações, respeitando a cultura dos povos. Contudo, nem sempre o comportamento do homem tem sido favorável a essa perspectiva, sendo que a sua degradação apresenta manifestações de diversa índole. De entre as mais comuns, destaca-se a desflorestação, a erosão por ravinas, baixa fertilidade dos solos, etc.

⁵ Para efeitos deste trabalho, as barreiras são definidas como sendo os obstáculos internos.

⁶ As fronteiras dizem respeito aos obstáculos externos que podemos ou não ser capazes de transpor. As fronteiras existem em toda parte da nossa vida.



De acordo com o trabalho de campo, foram identificadas quatro razões principais que constituem as causas da degradação da terra, designadamente:

Causa 1:

Abate massivo de árvores, tanto pelos comerciantes de carvão, como pelos “novos” fazendeiros.

Barreiras e Fronteiras:

As principais barreiras relacionadas com o abate massivo de árvores junto das comunidades rurais prendem-se com (i) o facto da política e legislação sobre a silvicultura estarem ainda em formulação; (ii) o facto dos serviços de extensão serem pouco actantes; (iii) uma fraca capacidade das instituições de desenvolvimento florestal e ambiental em monitorar as actividades de exploração florestal, assim como a formulação e implementação de estratégias de impacto ambiental; (iv) a implantação de novas fazendas e todas as suas implicações no quadro das relações entre os empresários agrícolas e as comunidades, também pode ser referida como uma barreira neste sentido; (v) as acções de replantação ainda pouco visíveis.

Causa 2:

Queimadas excessivas e desordenadas, protagonizadas principalmente por camponeses, pastores de gado e caçadores.

Barreiras e Fronteiras:

(i) As comunidades rurais (onde se registam queimadas com maior frequência), têm pouca informação sobre a importância de uma gestão sustentável de terra; (ii) regista-se um fraco protagonismo das instituições do poder tradicional, no que tange a defesa dos interesses fundiários das suas comunidades e gestão sustentável de terras; (iii) há escassez de gado para a tracção animal e equipamentos para preparação de terras, pois muitas vezes, as queimadas são feitas para facilitar o acesso das famílias aos terrenos de vegetação alta.

Causa 3:

Uso intensivo dos solos com aplicação excessiva de fertilizantes para produção agrícola.

Barreiras e Fronteiras:

(i) Os solos são pobres; (ii) há fraca capacidade de planeamento do uso da terra por parte dos produtores; (iii) a cultura de pousio é reduzida; (iv) pouca capacidade de produção de adubos orgânicos por parte das famílias camponesas; (v) a monocultura; (vi) o recurso à rotação de culturas é pouco praticado.

Causa 4:

Exploração de inertes (areia e pedra) como fontes de receitas para as famílias pobres, provocando ravinas.

Barreiras e Fronteiras:

(i) Baixo nível económico da população – Pobreza; (ii) Baixos rendimentos de produção e, diante dessa situação as famílias têm poucas alternativas de sobrevivência.

3.7 – Percepção das instituições e comunidades sobre GST

A inclusão deste tema no âmbito deste trabalho visou analisar a percepção e capacidade das instituições da província do Huambo no que diz respeito a uma efectiva implementação de acções conducentes à GST.

O trabalho de campo consistiu essencialmente em entrevistas, auscultações e observação directa, e foi facilitado pelo consultor com base nos eixos que conformam actualmente as principais questões relacionadas com a degradação da terra, tais como o desmatamento massivo protagonizado pelos comerciantes de carvão e pelos “novos fazendeiros”, queimadas excessivas e desordenadas, uso intensivo dos solos com aplicação excessiva de fertilizantes para produção agrícola e exploração de inertes (areia e pedra) que podem provocar ravinas.

No geral, constatou-se que tanto a nível das instituições públicas como do poder tradicional, existe algum conhecimento relacionado com as formas mais adequadas para lidar com a terra e seus recursos, numa perspectiva sustentável, ou seja, há uma consciência sobre os efeitos do comportamento pouco correcto que se tem nos dias de hoje, relativamente a gestão da terra, tanto que essas preocupações têm feito parte da agenda das reuniões que se realizam entre as administrações locais e os líderes das comunidades rurais, através das quais têm sido baixadas orientações bastante concretas às comunidades. Por exemplo, sabem que o abate de árvores provoca erosão e pode facilitar a propagação de doenças, além de fragilizar as casas, já de si construídas de uma forma precária.

Na compreensão dos membros das comunidades a terra constitui, além de um factor de produção, um elemento de identidade devido à ligação que tem com os seus antepassados e, também um direito porque na opinião das pessoas entrevistadas, a terra é um direito de cada cidadão. Segundo eles, não existe outro dono da terra que não sejam as pessoas que a ocupam desde a antiguidade, pelo que, não reconhecem a legitimidade de eventuais títulos que possam existir sobre qualquer parcela de terra da sua comunidade, quer seja fazenda ou não, passada a favor de pessoas externas à ela.

Uma análise causal da prática de exploração de inertes e da mata para produção de carvão aponta para uma situação relativamente complexa, cuja solução requer o engajamento de vários actores ou sectores de intervenção. As referidas actividades têm sido praticadas, essencialmente, por pessoas de baixa renda, cuja fonte principal de rendimento é a produção agrícola que ao que se sabe, nos últimos anos tem exigido um investimento cada vez maior. Contudo, a condição de pobreza não permite fazer esses investimentos necessários, pelo que recorrem às actividades acima referidas que oferecem resultados imediatos e que tem poucos custos. Por essas razões, uma solução para um problema dessa dimensão passa necessariamente, por incidir acções sobre as causas e não nas suas formas de manifestação.

A equipa de consultoria tomou conhecimento que no dia 4 de Agosto de 2009, realizou-se uma reunião na Administração do Município do Huambo na qual esse assunto foi debatido



com a participação de representantes do Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal e, entre outras decisões, concertou-se uma actuação mais articulada entre as autoridades tradicionais, administrações locais (comunais e municipal) e IDF, sendo que ao nível comunitário os sobas passarão a impedir o fabrico de carvão em grande escala (para fins meramente comerciais). As outras instituições actuarão no controle da circulação do carvão entre as comunas, municípios e províncias. Outra decisão diz respeito aos limites que se vão colocar ao IDF no credenciamento de pessoas interessadas na actividade de exploração de madeira. Neste sentido, segundo referido, o IDF terá apenas competência de credenciar pessoas para exploração de madeira em polígonos florestais.

Para fazer face aos vários problemas que afectam a gestão sustentável de terras, várias medidas foram sugeridas pelas pessoas entrevistadas, muitas das quais são apenas ideias e outras já em implementação pelas diferentes instituições envolvidas com as preocupações. São as seguintes medidas:

- ⇒ Incentivo à rotação de culturas;
- ⇒ Incentivo ao pousio de terrenos;
- ⇒ Promoção de análises químicas de solos e de fertilizantes químicos antes da sua aplicação;
- ⇒ Demonstrações práticas no campo numa perspectiva de assistência técnica;
- ⇒ Apoio na preparação de solos dos camponeses com máquinas para evitar as queimadas, principalmente em terrenos com capim alto;
- ⇒ Treinamento das famílias sobre GST;
- ⇒ Promoção de acções de absorção da produção dos camponeses;
- ⇒ Incentivo a produção de culturas de rendimento como feijão, hortícolas, batata-rena, soja, etc.;
- ⇒ Implementação de toda legislação ambiental;
- ⇒ Reforço do quadro de pessoal para fiscalização da actividade de GT nos municípios e comunas;
- ⇒ Clarificação de papéis no quadro institucional de Gestão da Terra na província do Huambo;
- ⇒ Identificação de áreas de reserva de preservação ambiental;
- ⇒ Promoção de acções de repovoamento florestal (preferencialmente, fruteiras e plantas ornamentais);
- ⇒ Formalização da actividade de exploração de inertes;
- ⇒ Apoio as actividades geradoras de rendimento fora da produção agrícola;
- ⇒ Apoio a produção pecuária;
- ⇒ Apoio a produção de adubos orgânicos;
- ⇒ Implementação de medidas que desencorajem a produção de carvão em grande escala.

Apesar das ideias e iniciativas encontradas junto das instituições contactadas, não foi encontrado um programa específico de intervenção estruturada que vise a implementação articulada das acções mencionadas. Aliás, essa planificação deverá ser acompanhada de um reforço de capacidades financeiras e humanas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos analisados nos pontos anteriores a este, permitem fazer considerar conclusivamente que:

- O contexto da província do Huambo quanto a gestão de terras é bastante adverso, apresentando oportunidades de trabalho e simultaneamente, ameaças à sustentabilidade da terra quer em termos da sua dimensão física como institucional;
- As causas da degradação da terra na província do Huambo estão relacionadas com a actividade humana, consistindo fundamentalmente no abate massivo de árvores, tanto pelos comerciantes de carvão, como pelos “novos” fazendeiros; queimadas excessivas e desordenadas, protagonizadas principalmente por camponeses, pastores de gado e caçadores; uso intensivo dos solos com aplicação excessiva de fertilizantes para produção agrícola e exploração de inertes (areia e pedra) como fontes de receitas para as famílias pobres, provocando ravinas;
- Nas comunidades rurais da província do Huambo não se registam problemas de acesso à terra (as terras nas aldeias são mais para produzir bens alimentares). Porém, nas cidades o acesso já é mais difícil devido a procura por terras para edificação de habitações, e empreendimentos por parte de pessoas residentes e não residentes;
- Diante das limitações institucionais que se verificam nos mecanismos de gestão da terra, os comerciantes de terra, floresta, carvão, areia e pedra, têm encontrado um espaço para o desenvolvimento de suas actividades sem cobertura legal;
- A qualidade dos solos da província do Huambo é considerada de fraca, porém não se trata de um caso perdido na medida em que se forem bem analisados e doseadas as quantidades de fertilizantes a utilizar podem ser produtivas. Neste contexto, o facto de o feijão estar a ganhar uma projecção comercial, pode ser visto como uma oportunidade para o alargamento das áreas da sua produção, melhorando dessa forma a qualidade dos solos;
- A Província do Huambo apresenta um quadro institucional diversificado do ponto de vista vocacional, o que pode garantir a definição de uma estratégia de intervenção integrada que envolva uma actuação articulada numa perspectiva de nível estratégico, atacando fundamentalmente, as causas da degradação dos solos acima analisadas;
- O papel das instituições do poder tradicional no que diz respeito à gestão da terra está bastante limitado, consistindo essencialmente no controlo das queimadas e, em alguns casos, a exploração das florestas naturais;
- Existe na província do Huambo, por parte dos diferentes actores (comunidades e sector público), uma compreensão, sensibilidade e conhecimento sobre as formas mais apropriadas de gestão da terra, para que ela tenha possibilidades de se regenerar e beneficiar as gerações vindouras. Porém, a fraca capacidade de produção, (recursos humanos e financeiros) e a exploração de recursos sem respeito pelo ambiente constituem limitações para uma



actuação eficaz, prevista nas missões institucionais ligadas à investigação, formação, prestação de serviços, extensão rural, legalização de terras, fiscalização, repovoamento, etc., fazendo com que haja uma certa incoerência entre o discurso e a prática.

Uma intervenção que contribua para a gestão sustentável de terras, deverá assentar a sua abordagem nas causas da degradação das terras na província do Huambo. O alcance desse desiderato passa necessariamente por remover as principais barreiras que impedem a mudança da situação, sem prejuízo de direccionar algumas acções sobre as manifestações da degradação das terras, tais como por exemplo o combate as ravinas, o saneamento do meio, etc., pelo que seria necessário estruturar a intervenção nos seguintes eixos:

- ⇒ Estudos e pesquisas sobre as potencialidades hídricas e agrárias dos principais rios da província do Huambo;
- ⇒ Estudos e pesquisas sobre o impacto ambiental dos projectos que se implementam junto das comunidades;
- ⇒ Diagnóstico sobre a situação das ravinas na província do Huambo;
- ⇒ Influência política (advocacia para aprovação da legislação e regulamentação sobre actividade florestal);
- ⇒ Reforço institucional para melhoria da sua actuação junto das comunidades (fiscalização e extensão rural);
- ⇒ Promoção de acções de repovoamento florestal;
- ⇒ Análise e melhoramento dos solos;
- ⇒ Análise dos fertilizantes químicos antes da sua importação;
- ⇒ Disponibilização de informação significativa (em quantidade e de qualidade) sobre as questões de GST;
- ⇒ Promoção de acções de repovoamento animal, adubação orgânica, rotação de culturas e pastagens;
- ⇒ Aumento da produção e produtividade agro-pecuária.

Finalmente, as acções que visem a gestão da terra de uma forma sustentável deverão estar articuladas com intervenções de combate ou redução da pobreza.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ADRA, Estudo de caso sobre o papel residual das autoridades tradicionais, 11 p.
- ADRA, Estudo de caso sobre terras na aldeia de Ganda, Luvemba, Bailundo, Huambo, 11 p.
- ADRA, Estudo de caso sobre terras nas aldeias de Sanzala Dumbo e Sambalanga, Lepi, Longonjo, Huambo, 11 p.
- ADRA, Estudo de caso sobre terras na aldeia de Muecália, Bailundo Sede, Huambo, 10 p.
- DOMINGOS, Mpanzo, A investigação dos recursos florestais em Angola: Reflexão sobre o papel desempenhado pelo Instituto de Investigação Agronómica, palestra proferida na Faculdade de Ciências Agrárias, 5 de Dezembro de 2008.
- GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA E PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – Capacitação para Gestão Sustentável de Terras (GST) em Angola, Síntese do Projecto, 90 p.
- MINADER e FAO, Direitos e práticas tradicionais e gestão de recursos florestais e faunísticos em Angola – Estudos de Caso, Angola, Junho de 2008, 67 p.
- REDE TERRA, Sistemas de uso da terra agrícola em Angola – Estudos de caso nas províncias do Huambo, Lunda Sul e Uíje, relatório final, I volume, elaborado pela ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, Luanda, Dezembro de 2004, 50 p.
- REPÚBLICA DE ANGOLA, Perfil Socio-económico do Huambo, Janeiro de 2003, 48 p.
- REPÚBLICA DE ANGOLA, Lei de Terras de Angola – Lei 9/04 de Novembro de 2004, 36 p.
- UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO, Workshop de relançamento do curso de engenharia florestal na Faculdade de Ciências Agrárias, Huambo, 3-5 de Dezembro de 2008, 62 p.
- ZENHA RELA, José Manuel, Angola – O futuro já começou, Editorial Nzila, colecção universitária – 4, Luanda, Março de 2005, 887 p.



